



Colégio  
M0001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Março/2024

Ministério Público do Estado do Amazonas  
Procuradoria-Geral de Justiça

## Concurso Público para o Provimento de Vagas de Agente de Apoio Especialidade Administrativo

Nome do Candidato  
Caderno de Prova 'U21', Tipo 004

Nº de Inscrição  
MODELO

Nº do Caderno  
TIPO-004

Nº do Documento  
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

## Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O essencial, portanto, não é remontar às origens das coisas, mas, sendo o mundo o que é, saber como conduzir-se nele.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Considere o texto "A irresistível ascensão do boto", de Marcelo Leite, para responder às questões de números 1 a 8.

*Diz a lenda amazônica que os botos saem do rio, se transformam em moços formosos e conquistam as donzelas, engravidando-as. Vaidoso, na forma humana leva sempre um chapéu na cabeça, supostamente para cobrir o orifício reminiscente da existência aquática. Pode não ser verdade, mas serve como justificção para barrigas inexplicáveis pela ausência de marido. Bem ao modo da natureza social da Amazônia, onde bichos costumam virar gente, e vice-versa. O trânsito de jabutis, onças, peixes e botos entre o que nós, de fora, enxergamos como dois mundos é um verdadeiro carnaval.*

*Mitos e causos à parte, não é que a ciência revela o que os amazônidas já sabiam? Botos machos são mesmo galantes. Como seus primos humanos, muitas vezes partem para atrair fêmeas com um ramallete – não de flores, mas de plantas aquáticas. Essa imitação barata do comportamento humano é pesquisada por Vera Maria Ferreira da Silva, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), e Tony Martin, do Serviço Antártico Britânico. Não deixa de ser irônico que a instituição de Martin promova estudos em plena região equatorial. Nem, tampouco, que o estudo de Silva se torne público no Brasil por intermédio de uma revista de divulgação britânica, a New Scientist.*

*Silva e Martin estudaram botos-tucuxis por três anos na região amazônica. Avistaram mais de 6.000 grupos em Mamirauá, Tefé (oeste do Estado do Amazonas). Em mais de 200 dessas observações havia um indivíduo carregando objetos com o bico, como um maço de ervas ou um pedaço de pau. Em geral o portador era um macho. Era, portanto, forte a sugestão de que se trata de um comportamento sexual. Para comprovar sua hipótese, Silva e Martin buscaram o socorro da genética. Os resultados preliminares indicam que os mais assíduos portadores de ramos e paus seriam também os reprodutores mais bem-sucedidos. Em português claro, o comportamento seria uma forma de exibicionismo – no bom sentido. Machos exibem objetos vistosos para se valorizar sexualmente aos olhos das fêmeas.*

*O curioso é encontrar o expediente só em alguns grupos isolados desses cetáceos. O padrão parece sugerir que o comportamento só faz parte do repertório de alguns bandos, disseminando-se neles, ou para outros, por imitação e aprendizado. Numa única e controversa palavra, cultura. Não faz muito tempo, essa era uma noção que só fazia sentido aplicar a humanos. "Cultura", afinal, sempre foi entendida como o oposto de "natureza". A fronteira, tão cara às ciências humanas, foi ficando menos nítida com as sucessivas documentações, por vários grupos de pesquisa, do uso de ferramentas por outros primatas. Pelo visto, o boto está prestes a subir na escala social.*

(Adaptado de: LEITE, Marcelo. **Ciência: use com cuidado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014)

1. O autor manifesta-se explicitamente em seu próprio texto no seguinte trecho:
  - (A) *Os resultados preliminares indicam que os mais assíduos portadores de ramos e paus seriam também os reprodutores mais bem-sucedidos. (3º parágrafo)*
  - (B) *Para comprovar sua hipótese, Silva e Martin buscaram o socorro da genética. (3º parágrafo)*
  - (C) *O trânsito de jabutis, onças, peixes e botos entre o que nós, de fora, enxergamos como dois mundos é um verdadeiro carnaval. (1º parágrafo)*
  - (D) *Diz a lenda amazônica que os botos saem do rio, se transformam em moços formosos e conquistam as donzelas, engravidando-as. (1º parágrafo)*
  - (E) *Como seus primos humanos, muitas vezes partem para atrair fêmeas com um ramallete – não de flores, mas de plantas aquáticas. (2º parágrafo)*
  
2. De acordo com Marcelo Leite,
  - (A) alguns grupos de botos parecem estar incorporando a cultura humana.
  - (B) as fronteiras entre cultura e natureza não mais se aplicam aos botos.
  - (C) a distinção entre cultura e natureza mostra-se cada vez mais necessária.
  - (D) a noção de cultura parece não se aplicar mais aos próprios humanos.
  - (E) indícios de cultura parecem estar presentes em alguns grupos de botos.



3. Silva e Martin disseram: – Os resultados preliminares indicam que os mais assíduos portadores de ramos e paus seriam também os reprodutores mais bem-sucedidos.
- Ao se transpor o texto acima para o discurso indireto, a forma verbal sublinhada será substituída por:
- (A) indiquem.  
(B) indicaram.  
(C) indicassem.  
(D) indicarão.  
(E) indicavam.
- 
4. No final do 2º parágrafo, o autor refere-se explicitamente a duas ironias. Uma dessas ironias reside no fato de
- (A) o Serviço Antártico Britânico realizar estudos na região amazônica.  
(B) o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia ter solicitado ajuda ao governo britânico.  
(C) o estudo sobre a região amazônica não ter sido levado a sério no Brasil.  
(D) o estudo sobre a região amazônica ter sido publicado pelo Serviço Antártico Britânico.  
(E) a revista *New Scientist* ser, na verdade, uma publicação brasileira.
- 
5. Era, portanto, forte a sugestão de que se trata de um comportamento sexual. (3º parágrafo)
- Considerando o contexto, o termo sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:
- (A) apesar disso  
(B) no entanto  
(C) além disso  
(D) por conseguinte  
(E) não obstante
- 
6. Machos exibem objetos vistosos para se valorizar sexualmente aos olhos das fêmeas. (3º parágrafo)
- Em relação à oração que a precede, a oração sublinhada expressa ideia de
- (A) proporção.  
(B) consequência.  
(C) condição.  
(D) finalidade.  
(E) causa.
- 
7. Silva e Martin buscaram o socorro da genética (3º parágrafo).
- Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:
- (A) seria buscado.  
(B) foi buscado.  
(C) foi buscada.  
(D) fora buscada.  
(E) é buscado.
- 
8. Em Silva e Martin estudaram botos-tucuxis (3º parágrafo), a expressão sublinhada exerce a mesma função sintática da expressão sublinhada em:
- (A) Machos exibem objetos vistosos para se valorizar (3º parágrafo).  
(B) o comportamento só faz parte do repertório de alguns bandos (4º parágrafo).  
(C) Em geral o portador era um macho (3º parágrafo).  
(D) Botos machos são mesmo galantes (2º parágrafo).  
(E) os botos saem do rio (1º parágrafo).



**Atenção:** Considere a crônica "Tartaruga de arrastão", de Rachel de Queiroz, para responder às questões de números 9 a 20.

O caso deu-se aqui na Ilha, numa pescaria de arrastão. Da primeira redada veio um tal peixe que causou espanto: ninguém podia crer que naquele côncavo de mar morasse tanto peixe assim. Havia de ser alguma piracema que ia passando; para lá de três toneladas de pescado foram apanhadas de uma só vez. Na segunda redada nada veio, ou quase nada – fugira a piracema ou fora toda colhida pela rede. Entretanto, no meio daquele quase nada apareceu um bicho estranho: uma tartaruga do mar. Tartaruga diferente daquelas fluviais que a gente conhece, tartaruga das profundezas salinas, meio peixe, porque em vez de pernas tem nadadeiras.

Primeiro ela se debateu e tentou de todas as maneiras furar a malha. Depois foi agarrada e atirada ignominiosamente na areia, de barriga para cima. Por fim puseram-na em posição normal; e ela, recuperando imediatamente a compostura, estirou o pescoço enrugado e correu em torno de si um olho temeroso. Não sei se os presentes compreenderam quanto havia de surpresa, terror e pasmo nos olhos da tartaruga. Muito pior que um bicho da terra pego numa rede: este pode estranhar a prisão, mas afinal continua dentro de um elemento conhecido, pisando chão, vendo árvores familiares, sentindo o cheiro da terra. A tartaruga não: para ela, nascida e vivida no mar, aquela era a mais estranha, a mais inacreditável e terrível das aventuras. Para aquela tartaruga era o mesmo que seria para um de nós vermo-nos transportados subitamente, sem dano físico, até o fundo do mar. Imagine que estranho, que portentoso e medonho não parece. As caras desconhecidas de ignorados animais – no caso, homens. E todos, todos, canibais ou pior que isso – pois bem sentia ela sobre o seu casco grosso, sobre a carapaça encaracada, o olhar doce e atento e cobiçoso dos comedores de carne.

A sorte da coitada foi ninguém chegar a um acordo sobre a forma de abatê-la. E sorte maior o fato de ninguém, pessoalmente, querer se responsabilizar pela carnificina naquela quinta-feira santa. Mas levaram-na para o galinheiro – que ignomínia, uma veterana dos sete mares a ser atirada entre as galinhas, na noite que deveria ser a última da sua vida; ela que decerto esperava sepultar-se entre areias claras, nalgum maciço colorido de anêmonas do mar. Mas felizmente para a tartaruga, incerto é o coração do homem, incertos, os seus impulsos. Tanto vai para um lado como para o outro, tanto procura devorar hoje o seu irmão bicho, como amanhã o festeja e liberta. O fato é que um coração se apiedou da tragédia e houve mão que abriu a porta da capoeira e encaminhou a marcha rampante do bicho marinho em direção da praia, em direção do mar, sua pátria. Ela também não esperou arrependimento, não hesitou, não agradeceu. Cortou a areia deixando um rastro longo, penetrou na água como um barco a deslizar do estaleiro, mergulhou, emergiu, voltou a cabeça ainda assustada para aquele mundo sujo, escuro, inimigo, onde viviam os homens, onde esperava nunca mais voltar; e mergulhou de novo, abraçando toda a água que podia entre as nadadeiras abertas.

(Adaptado de: QUEIROZ, Rachel de. **100 crônicas escolhidas: um alpendre, uma rede, um açude**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2021)

9. A cronista recorre à figura de linguagem denominada hipérbole no seguinte trecho:

- (A) *Da primeira redada veio um tal peixe que causou espanto: ninguém podia crer que naquele côncavo de mar morasse tanto peixe assim.* (1<sup>o</sup> parágrafo)
- (B) *Primeiro ela se debateu e tentou de todas as maneiras furar a malha. Depois foi agarrada e atirada ignominiosamente na areia, de barriga para cima.* (2<sup>o</sup> parágrafo)
- (C) *Havia de ser alguma piracema que ia passando; para lá de três toneladas de pescado foram apanhadas de uma só vez.* (1<sup>o</sup> parágrafo)
- (D) *E sorte maior o fato de ninguém, pessoalmente, querer se responsabilizar pela carnificina naquela quinta-feira santa.* (3<sup>o</sup> parágrafo)
- (E) *Tartaruga diferente daquelas fluviais que a gente conhece, tartaruga das profundezas salinas, meio peixe, porque em vez de pernas tem nadadeiras.* (1<sup>o</sup> parágrafo)

10. Rachel de Queiroz dirige-se diretamente a seu leitor no seguinte trecho da crônica:

- (A) *A sorte da coitada foi ninguém chegar a um acordo sobre a forma de abatê-la.* (3<sup>o</sup> parágrafo)
- (B) *Ela também não esperou arrependimento, não hesitou, não agradeceu.* (3<sup>o</sup> parágrafo)
- (C) *Imagine que estranho, que portentoso e medonho não parece.* (2<sup>o</sup> parágrafo)
- (D) *Primeiro ela se debateu e tentou de todas as maneiras furar a malha.* (2<sup>o</sup> parágrafo)
- (E) *Não sei se os presentes compreenderam quanto havia de surpresa, terror e pasmo nos olhos da tartaruga.* (2<sup>o</sup> parágrafo)

11. *Tanto vai para um lado como para o outro, tanto procura devorar hoje o seu irmão bicho, como amanhã o festeja e liberta.* (3<sup>o</sup> parágrafo)

Considerado em seu conjunto (ou seja, como um todo), o trecho acima caracteriza o homem como:

- (A) distraído.
- (B) impiedoso.
- (C) indulgente.
- (D) ressentido.
- (E) volúvel.



12. De acordo com o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, os dêiticos são elementos indiciais da linguagem que se referem à situação em que o enunciado é produzido, ao momento da enunciação e aos atores do discurso. Expressões como "ali", "lá", "hoje" ou "ontem" devem ser interpretadas em função de onde e em que momento se encontram os atores do discurso quando dizem "ali", "lá", "hoje" ou "ontem". Ocorre um dêitico que se refere ao lugar em que o enunciado é produzido (ao lugar onde se encontra a cronista) no seguinte trecho:
- (A) *O fato é que um coração se apiedou da tragédia* (3<sup>o</sup> parágrafo).  
(B) *Cortou a areia deixando um rastro longo, penetrou na água* (3<sup>o</sup> parágrafo).  
(C) *O caso deu-se aqui na Ilha, numa pescaria de arrastão* (1<sup>o</sup> parágrafo).  
(D) *Tartaruga diferente daquelas fluviais que a gente conhece* (1<sup>o</sup> parágrafo).  
(E) *Depois foi agarrada e atirada ignominiosamente na areia* (2<sup>o</sup> parágrafo).
- 
13. O termo que qualifica o substantivo na expressão *árvores familiares* (2<sup>o</sup> parágrafo) tem sentido equivalente àquele que qualifica o substantivo em:
- (A) *areias claras* (3<sup>o</sup> parágrafo).  
(B) *elemento conhecido* (2<sup>o</sup> parágrafo).  
(C) *mundo sujo* (3<sup>o</sup> parágrafo).  
(D) *bicho estranho* (1<sup>o</sup> parágrafo).  
(E) *olho temeroso* (2<sup>o</sup> parágrafo).
- 
14. *Na segunda redada nada veio, ou quase nada – fugira a piracema ou fora toda colhida pela rede. Entretanto, no meio daquele quase nada apareceu um bicho estranho: uma tartaruga do mar. Tartaruga diferente daquelas fluviais que a gente conhece, tartaruga das profundezas salinas, meio peixe, porque em vez de pernas tem nadadeiras.* (1<sup>o</sup> parágrafo)
- Nesse trecho, a cronista relata uma série de fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:
- (A) *conhece*.  
(B) *fugira*.  
(C) *tem*.  
(D) *veio*.  
(E) *apareceu*.
- 
15. *Entretanto*, no meio daquele quase nada apareceu um bicho estranho: uma tartaruga do mar. (1<sup>o</sup> parágrafo)
- O termo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:
- (A) Afinal  
(B) Portanto  
(C) Então  
(D) Assim  
(E) Contudo
- 
16. Introduce uma oração subordinada a palavra sublinhada no seguinte trecho:
- (A) *Não sei se os presentes compreenderam quanto havia de surpresa, terror e pasmo nos olhos da tartaruga.* (2<sup>o</sup> parágrafo)  
(B) *O fato é que um coração se apiedou da tragédia.* (3<sup>o</sup> parágrafo)  
(C) *E sorte maior o fato de ninguém, pessoalmente, querer se responsabilizar pela carnificina naquela quinta-feira santa.* (3<sup>o</sup> parágrafo)  
(D) *Primeiro ela se debateu e tentou de todas as maneiras furar a malha.* (2<sup>o</sup> parágrafo)  
(E) *O caso deu-se aqui na Ilha, numa pescaria de arrastão.* (1<sup>o</sup> parágrafo)
- 
17. Retoma um termo mencionado anteriormente no texto a palavra sublinhada em:
- (A) *penetrou na água como um barco a deslizar do estaleiro* (3<sup>o</sup> parágrafo).  
(B) *voltou a cabeça ainda assustada para aquele mundo sujo, escuro, inimigo, onde viviam os homens* (3<sup>o</sup> parágrafo).  
(C) *Mas felizmente para a tartaruga, incerto é o coração do homem* (3<sup>o</sup> parágrafo).  
(D) *tanto procura devorar hoje o seu irmão bicho, como amanhã o festeja e liberta* (3<sup>o</sup> parágrafo).  
(E) *houve mão que abriu a porta da capoeira e encaminhou a marcha rampante do bicho marinho* (3<sup>o</sup> parágrafo).



18. É invariável quanto a gênero e a número o termo sublinhado em:
- (A) *incerto* é o coração do homem
  - (B) ela que *decerto* esperava sepultar-se entre areias claras
  - (C) abraçando *toda* a água
  - (D) O *caso* deu-se aqui na Ilha
  - (E) no meio daquele quase nada apareceu um bicho *estranho*
- 
19. Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a supressão de um verbo em:
- (A) *Para aquela tartaruga era o mesmo que seria para um de nós vermo-nos transportados subitamente, sem dano físico, até o fundo do mar.*
  - (B) *Ela também não esperou arrependimento, não hesitou, não agradeceu.*
  - (C) *Por fim puseram-na em posição normal; e ela, recuperando imediatamente a compostura, estirou o pescoço enrugado e correu em torno de si um olho temeroso.*
  - (D) *Entretanto, no meio daquele quase nada apareceu um bicho estranho: uma tartaruga do mar.*
  - (E) *Mas felizmente para a tartaruga, incerto é o coração do homem, incertos, os seus impulsos.*
- 
20. O verbo em negrito deve sua flexão à expressão sublinhada em:
- (A) **houve** mão que abriu a porta da capoeira
  - (B) **Cortou** a areia deixando um rastro longo
  - (C) **Não sei se os presentes compreenderam**
  - (D) no meio daquele quase nada **apareceu um bicho estranho**
  - (E) **voltou** a cabeça ainda assustada

#### Redação Oficial

21. Atende ao requisito do emprego do padrão culto do idioma na redação oficial o seguinte trecho:
- (A) Solicito à criação de *software* para mensurar os índices de produtividade no âmbito desta Coordenação-Geral, de modo à disponibilizar informações completas para todos os cadastros.
  - (B) A Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República aprimoraram o Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais, com à inserção de novas funcionalidades.
  - (C) Essas, Excelentíssimo Senhor Presidente, são as razões que justificam ao encaminhamento da presente proposta de ato normativo a consideração de Vossa Excelência.
  - (D) Convido os servidores do Ministério da Justiça para assistir à apresentação do novo Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais, a ser realizada no Auditório desta Subchefia.
  - (E) Para assegurar ao credenciamento, solicito à esse órgão a indicação dos servidores que trabalham com o Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais.

**Atenção:** Para responder às questões de números 22 a 25, considere o que estabelece o **Manual de Redação da Presidência da República**.

22. O Manual de Redação da Presidência da República enumera os problemas mais recorrentes de construção de frases em documentos oficiais. Posto isso, examine as seguintes frases:
- I. O alcance do Decreto é diferente da Portaria.
  - II. O Ministro comunicou a seu secretariado que ele seria exonerado.
  - III. O Programa recebeu a aprovação do Congresso. Depois de ser longamente debatido.
- Deve(m) ser evitada(s) a(s) frase(s)
- (A) II e III, apenas.
  - (B) II, apenas.
  - (C) I, II e III.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) I e III, apenas.

23. Um dos mecanismos recomendados para proporcionar coesão e coerência ao texto é o emprego de conjunção para estabelecer ligação entre orações, períodos ou parágrafos, a exemplo do que se verifica em:
- (A) Os governadores decidiram acatar a decisão; os prefeitos fizeram o mesmo.
  - (B) O embaixador compareceu à reunião, pois identificou o interesse de seu Governo pelo assunto.
  - (C) O TCU apontou estas graves irregularidades: falta de assinatura e de identificação no documento.
  - (D) O Deputado evitou a instalação da CPI da corrupção. Ele aguardou a decisão do Plenário.
  - (E) O Presidente da República convocou os Ministros de Estado; o Presidente do Supremo Tribunal Federal, os ministros do STF.



24. NÃO constitui atributo da redação oficial:

- (A) clareza.
- (B) formalidade.
- (C) concisão.
- (D) pessoalidade.
- (E) objetividade.

25. Na redação oficial, é necessário atenção para o uso dos pronomes de tratamento em três momentos distintos: no endereçamento, no vocativo e no corpo do texto.

Nas correspondências cujos destinatários sejam o Presidente da República, o Vice-Presidente da República e um Ministro de Estado, adotam-se respectivamente os seguintes vocativos:

- (A) Excelentíssimo Presidente da República, Excelentíssimo Vice-Presidente da República e Excelentíssimo Ministro.
- (B) Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República e Senhor Ministro.
- (C) Senhor Presidente da República, Senhor Vice-Presidente da República e Senhor Ministro.
- (D) Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República e Excelentíssimo Senhor Ministro.
- (E) Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Senhor Vice-Presidente da República e Senhor Ministro.

### Conhecimentos Jurídicos Institucionais

**Atenção:** Para responder às questões de números 26 a 35, considere o que estabelece a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amazonas (Lei Complementar nº 011, de 17 de dezembro de 1993).

26. Dentre as condições de elegibilidade do Procurador-Geral de Justiça está a de, na data da

- (A) posse, ter mais de 40 anos de idade.
- (B) posse, ter mais de 45 anos de idade.
- (C) inscrição, ter mais de 40 anos de idade.
- (D) posse, ter mais de 35 anos de idade.
- (E) inscrição, ter mais de 35 anos de idade.

27. São funções institucionais do Ministério Público:

- (A) exercer a administração de cadeias e estabelecimentos prisionais de qualquer natureza.
- (B) exercer o controle interno e externo das atividades policial e judicial.
- (C) propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual.
- (D) promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção dos Municípios no Estado.
- (E) promover, privativamente, a ação penal privada, na forma da Lei.

28. É órgão da Administração Superior do Ministério Público:

- (A) a Ouvidoria-Geral.
- (B) a Secretaria-Geral.
- (C) o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento funcional.
- (D) a Comissão de Concurso.
- (E) o Gabinete de Assuntos Jurídicos.

29. A Procuradoria-Geral de Justiça tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo

- (A) Governador do Estado, dentre os integrantes da carreira, indicado em lista tríplice do Tribunal de Justiça local, para mandato de quatro anos, vedada a recondução.
- (B) Presidente da República, escolhido dentre cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicado em lista quintupla, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- (C) Governador do Estado, dentre os integrantes da carreira, indicado em lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- (D) Presidente da República, escolhido dentre cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (E) Procurador-Geral da República, dentre os integrantes da carreira, indicado em lista quintupla, para mandato de quatro anos, permitida uma recondução.



- 
30. Os membros do Ministério Público são passíveis das penas disciplinares apontadas em:
- (A) advertência, censura e suspensão por até 180 dias.
  - (B) suspensão por até 180 dias, demissão e reforma.
  - (C) advertência, censura e demissão.
  - (D) advertência, suspensão por até 180 dias e reforma.
  - (E) censura, demissão e reforma.
- 
31. A competência para inspecionar as dependências prisionais militares é, do Promotor de Justiça, em exercício na
- (A) Promotoria de Justiça Especializada em Delitos de Trânsito.
  - (B) Auditoria Militar Estadual.
  - (C) Promotoria de Justiça Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes.
  - (D) Promotoria de Justiça Criminal.
  - (E) Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri.
- 
32. Os estagiários,
- (A) exercerão encargos auxiliares dos órgãos da Instituição, por período não superior a 3 anos consecutivos.
  - (B) deverão, obrigatoriamente, ser estudantes do primeiro ou do segundo ano do curso de graduação em Direito.
  - (C) terão vínculo empregatício com o Estado.
  - (D) terão permissão para o exercício da advocacia.
  - (E) poderão ser dispensados, a qualquer tempo a seu pedido a juízo do Procurador-Geral.
- 
33. Quando dois ou mais membros do Ministério Público se manifestarem, positiva ou negativamente, sobre a titularidade de atribuições, o conflito será resolvido pelo
- (A) Tribunal de Justiça.
  - (B) Superior Tribunal de Justiça.
  - (C) Procurador-Geral de Justiça.
  - (D) Corregedor-Geral de Justiça.
  - (E) Conselho Superior do Ministério Público.
- 
34. Aos membros do Ministério Público é permitido
- (A) manter, sob sua chefia imediata, em cargo de função de confiança, parente de terceiro grau.
  - (B) exercer, sem exceção, qualquer outra função pública.
  - (C) exercer o comércio ou participar de sociedade comercial como controlador ou gerente.
  - (D) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.
  - (E) exercer advocacia.
- 
35. O procedimento eventual de verificação específica do funcionamento eficiente dos órgãos, unidades, cargos ou serviços do Ministério Público, havendo evidências de irregularidades, acúmulo de serviço e grau de resolutividade, realizada através do comparecimento pessoal do Corregedor-Geral às Procuradorias e Promotorias de Justiça, independente de prévio aviso, é chamado de
- (A) correição extraordinária.
  - (B) sindicância.
  - (C) correição permanente.
  - (D) inspeção.
  - (E) correição ordinária.
-



**Ética no Serviço Público**

36. De acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 3.960, de 8/11/2013, que regula o regime disciplinar e o Processo Administrativo Disciplinar para os servidores administrativos da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, a ação disciplinar, quanto às infrações puníveis com advertência, prescreverá em:
- (A) 90 dias.
  - (B) 5 anos.
  - (C) 180 dias.
  - (D) 2 anos.
  - (E) 1 ano.
- 
37. Considere as seguintes condutas à luz do Código de Ética Profissional dos Servidores Públicos Civis e dos Militares do Estado do Amazonas (Lei Estadual nº 2.869, de 22/12/2003):
- I. deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.
  - II. retirar da repartição pública, mesmo que legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
  - III. iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos.
  - IV. exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
- São condutas VEDADAS ao servidor público as referidas em
- (A) I, III e IV, apenas.
  - (B) III e IV, apenas.
  - (C) I, II e III, apenas.
  - (D) IV, apenas.
  - (E) I, II, III e IV.
- 
38. De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas (Lei Estadual nº 1.762, de 14/11/1986 e alterações) acerca da promoção:
- (A) A promoção por antiguidade recairá no funcionário com mais tempo de efetivo exercício na referência, apurado em dias.
  - (B) A promoção horizontal consiste na passagem da referência final de uma classe para a inicial da classe imediatamente superior, dentro da mesma série de classes, independentemente da existência da vaga.
  - (C) O interstício para a promoção vertical será de dezoito meses e o da horizontal, de vinte e quatro meses.
  - (D) As promoções obedecerão aos critérios de antiguidade e de merecimento, alternadamente, sendo a primeira sempre por merecimento.
  - (E) Somente por merecimento será promovido o funcionário em exercício de mandato legislativo.
- 
39. De acordo com o que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas (Lei Estadual nº 1.762, de 14/11/1986 e alterações), a forma pela qual o funcionário progride na série de classes, e consiste na passagem da referência em que se encontra para a imediatamente superior, é chamado de
- (A) reversão.
  - (B) aproveitamento.
  - (C) reintegração.
  - (D) reingresso.
  - (E) promoção.
- 
40. André, Bruno e Cláudio, servidores do Estado do Amazonas, ingressaram juntos no serviço público e têm todos o mesmo tempo de efetivo exercício na referência, apurado em dias. André apresenta maior tempo na classe; Bruno, maior tempo na série de classe; e Cláudio, por sua vez, é o mais velho dos três. Para promoção por antiguidade, configurado, como no caso em questão, o empate, segundo o critério estabelecido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas (Lei Estadual nº 1.762, de 14/11/1986 e alterações), a ordem de preferência para a promoção será, sucessivamente:
- (A) Bruno, Cláudio e André.
  - (B) André, Bruno e Cláudio.
  - (C) Bruno, André e Cláudio.
  - (D) Cláudio, Bruno e André.
  - (E) Cláudio, André e Bruno.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo**

41. A autarquia pertence à Administração Pública
- (A) central, executando serviços básicos à população.
  - (B) independente, relacionada ao terceiro setor.
  - (C) direta e designa uma espécie de desconcentração por serviços.
  - (D) indireta e designa uma espécie de descentralização por serviços.
  - (E) fundacional, exigindo-se criação por lei.
- 
42. Maria, Deputada Estadual, e João, Prefeito de determinado município do Estado do Amazonas, teriam praticado nepotismo cruzado, na medida em que Maria teria nomeado Júnior, filho de João, para exercer as funções de Assistente Técnico Parlamentar em seu gabinete na Assembleia Legislativa. João, por sua vez, teria nomeado Enzo, sobrinho da Deputada Estadual Maria, como Assessor na Secretaria de Administração da Prefeitura. A conduta dos agentes públicos, na situação hipotética acima descrita, fere, dentre outros, o princípio
- (A) hierárquico.
  - (B) da consensualidade.
  - (C) da autotutela.
  - (D) da impessoalidade.
  - (E) da autoexecutoriedade.
- 
43. Conforme texto do Decreto-lei nº 4.657/1942, que dispõe sobre as normas do direito brasileiro, na aplicação de sanções por parte da Administração Pública, devem-se considerar, dentre outras circunstâncias,
- (A) a gravidade da infração cometida e os antecedentes do agente.
  - (B) as anotações administrativas do agente e o dano causado ao erário.
  - (C) a natureza da infração e os danos causados ao contratado.
  - (D) os agravantes, mas não as circunstâncias atenuantes.
  - (E) a atenuantes, mas não as circunstâncias agravantes.
- 
44. Dentre as técnicas utilizadas pela Administração Pública para racionalizar o desenvolvimento e as atividades do Estado, a desconcentração prevê a
- (A) criação de pessoa jurídica específica para a execução de uma tarefa administrativa.
  - (B) concentração de poder em seu agente, que responde como se fosse Estado.
  - (C) repartição de funções entre diversos órgãos, sem criação de outra pessoa jurídica.
  - (D) quebra de hierarquia administrativa entre diversos órgãos para fins de decisão.
  - (E) divisão de funções entre órgãos de personalidade jurídica distintas, seja pública ou privada.
- 
45. O poder da Administração Pública reconhecido como discricionário é aquele que gera prerrogativa de
- (A) ver-se livre de reapreciação de sua decisão, pelo Poder Judiciário.
  - (B) optar pela melhor solução que atenda ao interesse público no caso concreto.
  - (C) escolher entre dois dispositivos legais, visando atender ao solicitado pelo administrado.
  - (D) permitir à Administração exceder à lei em caso de interesse público.
  - (E) dispensar o respeito a todos os princípios administrativos não relacionados ao caso concreto.
- 
46. Caracteriza o exercício do Poder de Polícia pela Administração Pública a
- (A) defesa das fronteiras do Brasil, contra a invasão por um país inimigo.
  - (B) prerrogativa dada à Administração direta e indireta de criar normas gerais e abstratas complementares à lei.
  - (C) punição de servidor público, em processo administrativo disciplinar, respeitados a ampla defesa e o contraditório.
  - (D) prisão preventiva do agente que comete crime contra a Administração Pública.
  - (E) instalação de equipamentos eletrônicos em vias públicas para verificar o respeito à velocidade máxima dos automóveis estabelecida em lei.
- 
47. Os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) são, em regra, de ação penal pública incondicionada. Caso o Ministério Público não a ajuíze no prazo legal, segundo expressa previsão da Lei, poderá ser intentada
- (A) ação privada subsidiária da pública.
  - (B) reclamação judicial.
  - (C) ação popular.
  - (D) ação coletiva.
  - (E) notificação ao Ministério Público.



48. De acordo com o que dispõe a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021), a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos dos agentes envolvidos em ato de improbidade administrativa se efetivam
- (A) com o início do processo administrativo disciplinar.
  - (B) quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.
  - (C) na primeira hipótese, com o início do processo, e na segunda, com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
  - (D) somente com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
  - (E) com o conhecimento da autoridade administrativa da prática do ato de improbidade.
- 
49. Os elementos do ato administrativo são: o sujeito, a forma, o objeto, o motivo e a finalidade. O motivo relaciona-se
- (A) ao efeito jurídico imediato decorrente do ato.
  - (B) à exteriorização do ato.
  - (C) ao pressuposto que autoriza a prática do ato.
  - (D) à legitimidade para praticar o ato.
  - (E) ao efeito jurídico imediato.
- 
50. Acerca da organização da Administração Pública, são pessoas jurídicas de direito público da Administração Indireta
- (A) os serviços sociais autônomos.
  - (B) as agências reguladoras.
  - (C) as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público.
  - (D) a União, Estados e Municípios.
  - (E) as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- 
51. O recurso administrativo da revisão, no âmbito da Administração Pública, consiste em
- (A) questionar punição administrativa diante de fatos novos que comprovem a inadequação da sanção aplicada.
  - (B) pedir correção da sanção, dentro do prazo de um ano da publicação do ato que a impôs.
  - (C) apresentar denúncias quanto ao procedimento adotado e que impôs a sanção da qual se discorda.
  - (D) impugnar sanção à própria autoridade que editou o ato que impôs sanção ao recorrente.
  - (E) dirigir impugnação à autoridade de órgão não pertencente à mesma hierarquia daquele que impôs a sanção.
- 
52. De acordo com o que estabelece a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração Pública vise a
- (A) escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
  - (B) alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
  - (C) contratação de objeto que envolva a inovação tecnológica ou técnica.
  - (D) locação de imóveis.
  - (E) contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.
- 
53. De acordo com o que estabelece a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a conduta de impedir a realização de qualquer ato de processo licitatório é prevista como crime de
- (A) Contratação inidônea.
  - (B) Patrocínio de contratação indevida.
  - (C) Fraude em licitação ou contrato.
  - (D) Frustração do caráter competitivo de licitação.
  - (E) Perturbação de processo licitatório.
- 
54. A fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante para entregar o objeto da licitação é chamada de
- (A) homologatória.
  - (B) habilitação.
  - (C) apresentação.
  - (D) julgamento.
  - (E) preparatória.



55. São conhecidas na Administração Pública como entidades paraestatais aquelas que
- (A) atuam paralelamente ao Estado.
  - (B) integram a Administração Indireta.
  - (C) integram a Administração Direta.
  - (D) dependem financeiramente do Estado.
  - (E) têm composição de agentes privados e públicos, na mesma proporção.

---

**Noções de Direito Constitucional**

56. Um renomado jornalista recebeu um *pen drive* com provas incontroversas de corrupção, fraude e direcionamento de concorrência, revelando organização criminosa formada por agentes públicos estaduais e agentes privados com vistas ao desvio de recursos públicos e enriquecimento ilícito. O conteúdo do dispositivo eletrônico foi noticiado em jornais e enviado aos órgãos de investigação. O caso ganhou repercussão internacional em diversos periódicos especializados em tecnologia e vigilância. Diante disso, a Procuradoria Geral de Justiça requisitou a instauração de inquérito à Polícia Civil do estado contra o órgão de imprensa para apurar "como o *pen drive* caiu nas mãos do noticiante" requerendo a intimação do jornalista para revelar a informação. Diante da situação acima apresentada, e com base no que estabelece a Constituição Federal, o jornalista
- (A) não será obrigado a atender o pedido, em razão de a Constituição Federal estabelecer que é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
  - (B) deverá atender o pedido, pois a Constituição Federal assegura a todos o acesso à informação.
  - (C) não será obrigado a atender o pedido, em razão de a Constituição Federal resguardar o sigilo da fonte quando necessário ao exercício da atividade profissional.
  - (D) deverá atender o pedido, tendo em vista que a Constituição Federal dispõe que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
  - (E) não será obrigado a atender o pedido, pois a Constituição Federal dispõe que é livre a expressão da atividade de comunicação, independentemente de censura.
- 
57. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos
- (A) repúdio ao racismo.
  - (B) igualdade entre os entes federados.
  - (C) pluralismo político.
  - (D) independência nacional.
  - (E) não-intervenção.
- 
58. Segundo a Constituição Federal, a inviolabilidade do domicílio pode ser relativizada em caso de
- (A) estado de defesa.
  - (B) desastre.
  - (C) intervenção federal.
  - (D) investigação de crimes patrimoniais.
  - (E) determinação judicial no recesso noturno.
- 
59. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às
- (A) normas constitucionais originárias.
  - (B) súmulas vinculantes.
  - (C) leis ordinárias.
  - (D) leis complementares.
  - (E) emendas constitucionais.



60. A Assembleia Legislativa de determinado Estado da Federação aprovou um projeto de lei com o seguinte conteúdo:

*Art. 1<sup>a</sup> Esta Lei tem como objetivo a proteção e tratamento de dados específicos e de todos os demais dados contidos em um arquivo ou da totalidade deles armazenados em uma mídia.*

*Art. 2<sup>a</sup> O Estado deverá tornar obrigatório que o espelho de pagamento de todas as Secretarias efetuado na Secretaria de Administração ou por Empresa prestadora de serviços seja criptografado pelo Governo do Estado.*

*Parágrafo único. Os dados criptografados, para maior segurança do conteúdo, são armazenados por códigos que para sua decodificação tornam necessário o uso de uma chave.*

Diante do que estabelece a Constituição Federal, e considerando somente os elementos apresentados, a lei aprovada pelo Estado

- (A) não apresenta qualquer vício, pois cria obrigação tão somente para o Governo do Estado, não extrapolando, assim, qualquer competência legislativa.
- (B) fere o ordenamento jurídico, por ser competência privativa da União legislar sobre a proteção e tratamento de dados pessoais.
- (C) fere o ordenamento jurídico, pois a Constituição Federal estabelece que é absolutamente inviolável o sigilo de dados.
- (D) não apresenta qualquer vício, pois a matéria se insere na competência legislativa privativa dos Estados.
- (E) fere o ordenamento jurídico, pois a competência para legislar sobre o tema é privativa dos Municípios, por atender a interesse local.

61. A Constituição Federal prevê um rol de direitos sociais em seu artigo 6<sup>o</sup>, dentre os quais o direito social à

- (A) proteção à maternidade.
- (B) seguridade social.
- (C) propriedade.
- (D) comunicação social.
- (E) reforma agrária.

62. De acordo com o que estabelece a Constituição do Estado do Amazonas acerca dos direitos e garantias individuais e coletivos,

- (A) as omissões do Poder Público, que tornem inviável o exercício dos direitos constitucionais, serão sanadas, na esfera judicial, dentro de sessenta dias do requerimento do interessado, na forma da Lei.
- (B) a força policial só poderá intervir para garantir o exercício do direito de reunião e demais liberdades constitucionais, bem como a defesa da ordem pública e do patrimônio público e privado e a segurança pessoal, ficando os agentes isentos de responsabilidade por eventuais excessos que cometerem.
- (C) todos podem reunir-se pacificamente, com ou sem armas, em locais abertos ao público, mediante requerimento prévio e autorização expressa das autoridades competentes.
- (D) é assegurado a todos, mediante o pagamento de taxa, o direito de petição e de representação aos Poderes Públicos para coibir ilegalidade ou abuso de poder, e de obtenção, em repartições públicas, de certidão necessária à defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal.
- (E) não poderão ser objeto de registro em banco de dados ou cadastros de instituições públicas as informações referentes a convicções filosóficas, políticas ou religiosas, à filiação partidária ou sindical, nem as que digam respeito à vida privada e à intimidade pessoal, salvo quando se tratar de processamento estatístico e não individualizado.

63. São brasileiros naturalizados

- (A) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente.
- (B) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (C) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, sendo exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (D) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- (E) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que algum deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.



64. Acerca das previsões para escolha da chefia de órgãos jurídicos na Constituição do Estado do Amazonas, o
- (A) Procurador-Geral de Justiça será indicado em lista triplíce, dentre quaisquer integrantes da carreira estáveis, e nomeado pelo Governador do Estado para mandato de quatro anos, permitida sua recondução.
  - (B) Procurador-Geral da Assembleia Legislativa será nomeado pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, dentre os Procuradores ativos ou inativos da Assembleia Legislativa, que tenham, pelo menos, 10 anos de carreira.
  - (C) Defensor Público-Geral será nomeado pelo Governador do Estado, dentre membros estáveis da carreira, maiores de 35 anos, escolhidos e indicados pelo Conselho Superior da Defensoria Pública em voto secreto uninominal.
  - (D) Procurador-Geral do Estado deverá ser nomeado a partir de lista triplíce formada pelo Conselho de Procuradores do Estado dentre membros maiores de 30 anos e estáveis na carreira há pelo menos 5 anos.
  - (E) Procurador-Geral do Estado poderá ser escolhido dentre brasileiros maiores de 30 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, que sejam advogados, com pelo menos 8 anos de prática forense.
- 
65. A Constituição Federal dispõe ser inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem
- (A) do Ministério Público, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de instrução processual em que envolver a proteção de incapazes, do patrimônio público e social, e do meio ambiente.
  - (B) judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
  - (C) das autoridades públicas, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de obtenção de informações sensíveis à segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, bem como na investigação de crimes graves.
  - (D) da autoridade policial, para fins de investigação criminal, administrativa e nos casos em que envolver interesse público.
  - (E) do Ministro da Justiça, nas hipóteses em que envolver questões de segurança nacional.
- 
66. O Conselho Nacional do Ministério Público, dentre outros, é integrado por
- (A) dois advogados, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
  - (B) três membros de Ministério Público de Contas, sendo um indicado pelo Procurador-Geral de Contas e dois pelo Tribunal de Contas da União.
  - (C) quatro membros do Ministério Público da União, indicados pelo Procurador-Geral da República dentre os integrantes de qualquer das carreiras.
  - (D) dois juizes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.
  - (E) dois desembargadores, um indicado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) e outro indicado pelo Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil (CONSEPRE).
- 
67. Segundo o que estabelece a Constituição do Estado do Amazonas, são condições de elegibilidade para a Assembleia Legislativa:
- I. nacionalidade brasileira.
  - II. pleno exercício dos direitos políticos.
  - III. filiação partidária.
  - IV. idade mínima de 18 anos.
  - V. graduação em curso superior em qualquer área.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
  - (B) II, IV e V.
  - (C) II, III e V.
  - (D) I, III e IV.
  - (E) I, IV e V.



68. Segundo o que dispõe a Constituição do Estado do Amazonas, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e de todas as entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida
- (A) pelo Tribunal de Justiça, mediante controle externo, e pela Assembleia Legislativa, mediante controle interno.
  - (B) pelo Superior Tribunal de Justiça, mediante controle externo, e pelos juízes de direito, mediante controle interno.
  - (C) pelo Governador do Estado, mediante controle interno, e pela sociedade civil, mediante controle externo.
  - (D) pelo Poder Judiciário, mediante controle interno e externo.
  - (E) pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- 
69. Acerca da súmula vinculante,
- (A) o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício, mediante decisão da maioria de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante.
  - (B) após a publicação na imprensa oficial, a súmula terá efeito vinculante em relação à Administração Pública, direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, em todos os Poderes da República.
  - (C) caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal quanto a ato administrativo ou decisão judicial que contrariar súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar.
  - (D) a súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas acerca das quais haja controvérsia atual de órgãos da Administração Pública entre si, a qual acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
  - (E) a aprovação de súmula poderá ser provocada por qualquer cidadão, enquanto sua revisão ou cancelamento de súmula deverá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.
- 
70. Nos termos da Constituição Federal, o Tribunal de Contas NÃO tem por competência
- (A) realizar inspeções e auditorias de natureza operacional nas unidades dos Poderes.
  - (B) aplicar sanção de multa proporcional ao dano causado ao erário ao responsável pela despesa ilegal.
  - (C) apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na Administração Pública.
  - (D) julgar as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.
  - (E) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais em que a União participe.
- 

#### Noções de Administração Pública

71. A governança tem função
- (A) executora.
  - (B) avaliadora.
  - (C) concretizadora.
  - (D) realizadora.
  - (E) direcionadora.
- 
72. A cultura organizacional é uma estratégia que visa, dentre outros aspectos,
- (A) aspectos disciplinares de um órgão.
  - (B) produção em escala, a partir de organização por áreas.
  - (C) a motivação do corpo funcional.
  - (D) promover eventos culturais internos.
  - (E) buscar talentos, dentro do corpo funcional, para ações culturais.
- 
73. Dentro do processo organizacional, o planejamento administrativo apresenta níveis temporais. Aquele que visa ações concretas, de curto prazo, com cobrança de resultados, é conhecido como nível
- (A) resolutivo.
  - (B) operacional.
  - (C) vocacional.
  - (D) estratégico.
  - (E) tático.
-



- 
74. Consideradas as condições ambientais para a tomada de decisões no âmbito da Administração Pública, é correto afirmar que aquela decisão tomada em ambiente de certeza é classificada no tipo básico conhecido como
- (A) inspiração.
  - (B) ferramental.
  - (C) julgamento.
  - (D) computação.
  - (E) compromisso.
- 
75. Na área de gestão de pessoas, trata-se de subsistemas relacionados aos aspectos administrativos dessa gestão. O objetivo do recrutamento estratégico está presente no subsistema da
- (A) contratação.
  - (B) proteção.
  - (C) uniformização.
  - (D) manutenção.
  - (E) seleção.
- 
76. A liderança identificada a partir de padrões de ações praticadas pelo líder é conhecida como
- (A) teoria da identidade.
  - (B) personificada.
  - (C) estrutural.
  - (D) comportamental.
  - (E) teoria dos traços.
- 
77. A gestão de desempenho, dentro do contexto organizacional de uma instituição, preocupa-se com o nível de desempenho
- (A) do indivíduo, do grupo e da organização.
  - (B) do resultado da instituição.
  - (C) somente da organização.
  - (D) somente do indivíduo.
  - (E) somente do indivíduo e do grupo.
- 
78. A *accountability* na gestão pública
- (A) atinge, especialmente, resultados obtidos individualmente pelos colaboradores da instituição.
  - (B) impõe avaliação padronizada de produção concreta por setor da entidade.
  - (C) aborda o compromisso de demonstrar o resultado obtido em relação aos recursos recebidos, a quem lhes ofereceu.
  - (D) não se aplica, haja vista ser conceito aplicável no setor privado.
  - (E) se debruça sobre a contabilidade de uma empresa, como foco principal.
- 
79. A gestão por resultados ocasiona na instituição, ao final de seu ciclo, a retroalimentação do sistema de gestão, propiciando, sobretudo, ações
- (A) diagnósticas.
  - (B) registras.
  - (C) fiscalizatórias.
  - (D) sancionatórias.
  - (E) corretivas.
- 
80. A gestão da qualidade no serviço público visa, necessária e principalmente, a
- (A) acessibilidade.
  - (B) eficiência.
  - (C) redução de custos.
  - (D) transparência.
  - (E) publicidade.
-